



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 24 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Unificação.....	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO ZFM.....	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Indústria e comércio temem prejuízos	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Audiência discute entraves do PIM.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Audiência discute entraves do PIM (continuação)	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Preocupação com infraestrutura e desenvolvimento	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Senai	8
EMPRESAS	
A CRITICA sim & não	9
OPINIÃO	
A CRITICA Prorrogação da ZFM	10
ECONOMIA	
A CRITICA Braga promete ressalvas à ZFM.....	11
ECONOMIA	
A CRITICA AUDIÊNCIA	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Aleam recorre ao governo federal	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO ICMS	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO RECORDE	15
PAÍS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	16
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Thomaz diz que projeto da guerra dos portos terá ajuste	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Fabricantes de TVs têm até sexta para aderir à nova lei.....	19
ECONOMIA	

Unificação

Thomaz tenta acalmar deputados

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira tentou acalmar, durante audiência pública realizada na manhã de ontem, na Assembleia Legislativa, a tensão manifestada por deputados

e representantes sindicais diante da expectativa da votação do Projeto de Resolução 72 (PRS), do Senado, propondo a unificação em 4% das alíquotas interestaduais do ICMS sobre pro-

duto importados, além da preocupação com o futuro do PIM. A audiência versou sobre a ZFM e a expansão dos seus incentivos fiscais para a RMM (Região Metropolitana de Manaus).

Página A3

ZFM

Garantias de Dilma sem credibilidade

Por Juscelino Taketomi

Embora o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, afirme a determinação da presidente da República, Dilma Rousseff (PT), de preservar as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus na reforma tributária que tramita no Congresso Nacional, o ideal é que governantes, políticos e empresários fiquem atentos e não confiem no discurso da presidente petista. "Nós não podemos confiar cem por cento, não podemos ser ufanistas, tendo em vista tantas decepções acumuladas", disse o deputado Marcelo Ramos (PSB) ao *Jornal do Comércio*.

As declarações de Nogueira, proferidas durante audiência pública realizada na manhã de ontem, 23, na Assembleia Legislativa, sobre a ZFM e a expansão dos seus incentivos fiscais para a RMM (Região Metropolitana de Manaus), tentaram aplacar a tensão manifestada por deputados e representantes sindicais diante da expectativa da votação do Projeto de Resolução 72 (PRS), do Senado, propondo a unificação em 4% das alíquotas interestaduais do ICMS sobre produtos importados, além da preocupação com o futuro do PIM (Parque Industrial de Manaus).

Ao defender a Resolução 72, que tem como relator o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), Nogueira sustentou a medida como "altamente benéfica à ZFM" e garantiu que a presidente Dilma Rousseff considera "sagradas" as vantagens comparativas da ZFM no processo de reformulação tributária em curso no Congresso. Desconfiado, o líder do PSB na ALE-AM, Marcelo Ramos, alertou sobre contrapartidas que o Amazonas precisa assegurar caso a PRS



Foto: Danilo Mello

Audiência pública na ALE sobre a ZFM e a expansão dos seus incentivos fiscais para a RMM

e a própria reforma produzam perdas para a ZFM, em função de pressões políticas exercidas pelos Estados do Sul e do Sudeste sobre a proposta de Eduardo Braga e contra a ZFM no projeto nacional de reformulação tributária.

"Em caso de perdas, devemos garantir contrapartidas para o PIM, como infraestrutura logística para o escoamento dos produtos, rede de energia elétrica estável e telecomunicações modernas para o equilíbrio dos negócios empresariais", expressa Marcelo, apreensivo com a posição do empresariado paulista que prevê prejuízos da ordem de R\$50 bilhões para seus negócios a por conta da PRS. Além disso, ele enfatiza também reações dos próprios empresários do PIM em relação à resolução. "Esses empresários temem que a reação à ideia de excepcionalidade para a ZFM leve o governo federal a estabelecer o mesmo índice de nacionalização para todo o Brasil. Isso teria um impacto desastroso no Amazonas", assinala, insistindo na tese de que

o modelo de incentivos fiscais ZFM não possui mais importância na atual política industrial do Palácio do Planalto.

"Importabando"

Na mesma linha de Marcelo Ramos, o deputado José Ricardo (PT), formado em economia, assegura que as discussões sobre a Resolução 72 e a questão da ZFM na reforma tributária devem ser mais profundas e focar com realismo a situação de polos como o de ar condicionado e o de duas rodas no contexto do PIM. "Precisamos aprofundar as discussões, até porque as importações, nefastas para os nossos interesses, poderão continuar acontecendo, o 'importando' poderá continuar", analisa.

Sobre as manifestações de Thomaz Nogueira na ALE-AM, o parlamentar afirma respeitar a posição do mandatário da Suframa, que também representa o Estado junto à comissão responsável pelo encaminhamento da reforma tributária no Congresso. Destacou o discurso

de Nogueira como "positivo", inclusive enfatizando a disposição da presidente Dilma quanto à intocabilidade das vantagens da ZFM.

No entanto, José Ricardo chamou a atenção para o fato de que as eventuais compensações sobre as possíveis perdas para a ZFM na reforma terminem por não representar solução para a geração de empregos no PIM. "Na hora em que uma empresa se muda daqui para outro Estado, os empregos também vão embora, e aí correremos o risco de as compensações serem benéficas apenas para o governo do Estado, em detrimento dos trabalhadores do PIM", comenta.

O deputado informa que, apesar de nenhum parlamentar federal ter comparecido à audiência pública de ontem, todos os membros da bancada de deputados e senadores do Estado no Congresso Nacional receberam um documento contendo sugestões da ALE-AM a serem encaminhadas à comissão que trata da reforma tributária e a vários ministérios em Brasília.

ARTIGO



ICMS sobre comodato

* REGINALDO DE OLIVEIRA

O mandamento sagrado "Pacta sunt servanda" é um brocado latino que significa "Os pactos devem ser respeitados" ou mesmo "Os acordos devem ser cumpridos". Esse axioma jurídico é o princípio base do Direito Civil e do Direito Internacional, sendo inclusive consagrado no artigo 26 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que reza: "Todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa fé." O Brasil é signatário dessa Convenção. Outro brocado que merece atenção especial é "In claris non fit interpretatio". Ou seja, "No que é claro não cabe interpretação". O inciso II, do artigo 5º, da nossa Constituição Federal estabelece que "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Faz-se pertinente evocar o direito romano, por se tratar de um incomensurável campo de observação e base da estrutura jurídica de muitas nações, inclusive a nossa. Seus institutos continuam vivos nas obrigações e nos diversos tipos

de contrato, tais quais: o de compra e venda; o comodato, o depósito, o penhor, a hipoteca.

É prática consolidada na SEFAZ taxar todo tipo de operação que ingressa no seu sistema de controle fiscal. Quando a tri-

Um bom exemplo é a taxa de diferencial de alíquota de ICMS sobre bens de informática

butação foi indevida, ou seja, quando a legislação tributária for chutada para escanteio, cabe ao contribuinte interpor um recurso administrativo junto à Gerência de Análise e Revisão de Notificações para solicitar que o órgão fazendário cumpra a lei. Um bom exemplo é a taxa indevida de diferencial de alíquota de ICMS sobre bens de informática, os quais são precisamente definidos pelo Anexo I, do Decreto Federal 7.010/2009.

Ao que parece, a SEFAZ possui uma gloriosa estrutura de tecnologia da informação,

gerenciada por profissionais de altíssimo nível técnico. Acredita-se que esse pessoal possui competência suficiente para programar o sistema de forma que não sejam emitidas notificações de antecipação de ICMS dos bens de informática. O mecanismo lógico para a operacionalização de tal procedimento é claro e inequívoco para qualquer aluno do curso superior de informática. Mesmo assim, o bom senso estrebucha-se toda vez que tenta achar uma justificativa aceitável para que tal procedimento ainda não exista. Os NCM estão no Decreto 7.010/2009; os mesmos NCM estão nos arquivos eletrônicos das notas fiscais. É pura lógica matemática. É só relacionar um com o outro. A consequência dessa intelição é a montei- ra de processos que se espar- rama por tudo quanto é canto da GERN, onde funcionários se debruçam sobre pilhas de papéis para verificar o óbvio ululante (In claris non fit interpretatio).

A Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas está às voltas com uma série de dificuldades para controlar as inúmeras operações de comodato que ocorrem na nossa região. É possível que alguns fiscais acreditem que várias operações mercantis estejam vestidas de comodato. Devido à falta de

capacidade do órgão para se- parar o que é certo do que é errado, decidiu-se então inva- lidar o instituto do comodato. Assim, a SEFAZ está avisando a todo mundo que irá cobrar ICMS das operações de co- modato, contrariando frontal- mente o Inciso XIII, do Ar- tigo 4º, do Decreto Estadual 20.686/1999, que dispõe: "O Imposto sobre Circulação de Mercadorias não incide sobre operações de comodato".

O caminho utilizado pela SEFAZ para invalidar as ope- rações de comodato é a in- interpretação estreita do artigo 579, da Lei nº 10.406/2002, que diz o seguinte: "O com- dato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis". O artigo nº 85 do mesmo di- ploma legal afirma que "São fungíveis os móveis que po- dem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade". É consenso da maioria dos doutrinadores do direito que a fungibilidade pode ser definida pelas par- tes de um contrato. Algumas outras correntes apegam-se a teoria de que a fungibilidade é característica intrínseca e na- tural das coisas. Por se valer da segunda tese, a SEFAZ sim-

plesmente anula o instituto do comodato, reconhecendo que somente uma obra de arte, por exemplo, é que pode ser objeto de comodato. Por esse raciocínio ninguém poderia entregar uma coisa a outrem para uso gratuito. Existiriam assim somente contratos de venda ou de aluguel (Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei).

A diretriz do Código Civil é meramente orientativa, visto que confere ao termo fun- gibilidade uma enorme carga desubjetividade. Por exemplo, duas canetas iguais podem ser tratadas de maneira diferente por pessoas distintas: uma pessoa pode alegar que uma delas, apesar de igual à outra, é mais valiosa, pois pertenceu a uma personalidade impor- tante. Dessa forma, o foco da atenção deve ser voltado para a observância dos contratos (Pacta sunt servanda).

Mais uma vez, as regras fiscais são estabelecidas em reunião e não em lei. O con- tribuinte, por sua vez, está sempre navegando num mar tempestuoso onde tubarões famintos fazem de tudo para afundar o navio.

* é contador e professor do ensino superior. BLOG: www.reginaldo.cnt.br

Indústria e comércio temem prejuízos

Há três anos, as perdas registradas com o fenômeno natural somaram aproximadamente R\$ 380 milhões

Juliana Geraldo

Apouco mais de dois meses para o pico do período de cheia do rio Negro, indústria e comércio intensificam o 'sinal amarelo' e ficam atentos com a expectativa de prejuízos.

A preocupação está fundamentada na primeira previsão, efetuada pela CPRM (Serviço Geológico Brasileiro) no dia 1º de março -75 dias de antecedência- que já está 36 cm acima da cota registrada no primeiro alerta de cheia de 2009, ano em que o Amazonas vivenciou a maior enchente de sua história.

A avaliação dos dois segmentos é de que as dificuldades serão menores em relação a 2009, mas os prejuízos não poderão ser evitados. Há três anos atrás, as perdas somaram aproximadamente R\$ 380 milhões.

No comércio, além da invasão da água no centro comercial da cidade, a presença de ratos, a dificuldade de acesso, a inevitável queda nas vendas -ainda não estimada- e uma migração dos consumidores do centro para os mercados de bairro são alguns dos efeitos citados pelo vice-presidente da Fecomercio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota.

"O preço das mercadorias também vai subir. No caso dos materiais de construção, por exemplo, areia, sêixo e tijolo sofrerão alterações porque as fontes de abastecimento estarão escassas. Em contrapartida, quando o período de seca chegar, o efeito será o oposto, muita oferta e preços baixos", informou o representante.

O prejuízo também será sentido no interior do estado, de acordo com o presidente da CDL-Manaus (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus),



Se as águas do rio Negro atingirem os níveis da alfândega do porto de Manaus, toda a atividade aduaneira ficará comprometida no local

Ralph Assayag. "Com a cheia, os comerciantes dos outros municípios não tem como vir a Manaus para abastecer suas lojas e isso também deve derrubar nossas vendas", destacou.

Segundo ele, o comércio não traçou nenhuma estratégia que possa evitar as perdas na capital e no interior. "Tentaremos apenas minimizar os prejuízos", lamentou.

Indústria

Os efeitos negativos também se estendem à atividade industrial, especialmente não mão de obra do setor que já vem apresentando déficit de contratações desde o início do ano. "Trabalhadores poderão ficar parados e até ter reflexos na já problemática manuten-

ção de empregos, tendo em vista os efeitos macroeconômicos atuais", contou o assessor econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas.

O economista diz esperar que as autoridades, tanto federais quanto estaduais, adotem soluções viáveis para evitar qualquer contratempo em relação ao recebimento, armazenagem e liberação de mercadorias que possam prejudicar os resultados da produção do PIM.

"Até porque os prejuízos não são apenas para a indústria, mas também para a arrecadação dos impostos federais e estaduais, com sérios reflexos na produção, no emprego e no faturamento", enfatizou.

Armazenagem

A estrutura logística é a principal prejudicada. "Se a água atingir os níveis da alfândega do porto de Manaus, toda a atividade aduaneira fica comprometida, não só pelo risco de se atingir equipamentos, mas pela alocação dos funcionários. se atingir também o pátio do porto de Manaus a interferência será na armazenagem

e na movimentação", resumiu o presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

O 1º secretário do Setcam (Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Amazonas), Raimundo Augusto Nonato, disse que o segmento logístico já está se preparando para a situação desde o ano passado. "Rampas já foram

construídas para facilitar nosso trabalho e apostamos que esse ano nossa atividade não será prejudicada", afirmou.

A direção da alfândega do porto de Manaus, cujo prédio foi inundado em 2009, também se mostrou otimista.

"Já nos reunimos com representantes da Samf-AM (Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas) e da Defesa Civil, os quais já formataram um plano de combate à inundação no entorno do prédio da alfândega, consistindo de utilização de bombas de sucção, como ocorreu em 2009, pois, de certa forma, a área do estacionamento é quase um dique, que pode ser "lacrado" e esvaziado durante a cheia", explicou o inspetor-chefe da alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Manaus, Osmar Félix de Carvalho.

Segundo ele, medidas como a construção de passarelas e a utilização da técnica rip-rap também serão utilizadas no entorno do prédio, caso seja necessário.

"Havendo necessidade de realocação do pessoal que atua no térreo do prédio, poderão ser utilizadas as instalações dos recintos alfandegados da jurisdição da alfândega do porto de Manaus, como também metade de um andar do prédio do Ministério da Fazenda", acrescentou.

O superintendente regional da CPRM-Manaus, Marco Antônio de Oliveira ponderou que ainda cedo para fazer previsões e projeções de perdas. "É difícil prever. A subida das águas que se estende até junho, mas o quadro ainda pode sofrer alterações. Não é porque a primeira parcial foi a cima da média, que esta cheia será maior. Ainda teremos mas dois alertas parciais, um em maio e outro em junho. Vamos aguardar", amenizou.

Dados

REGISTROS

Parâmetros característicos cheia	(m)
máxima absoluta (julho de 2009)	29,77
Mínima absoluta (outubro de 2010)	13,63
Cheia 2011	28,62

Audiência discute entraves do PIM

Resolução 72 do Senado e problemas de infraestrutura dominaram discussões sobre polo industrial na Assembleia

Emyle Araújo
Especial para o JOC

Aum dia da votação que decidirá a adesão da Resolução 72 (matéria que propõe a unificação do ICMS sob alíquota única de 4% sobre produtos importados do exterior ou que utilizam mais de 40% de matéria-prima importada), a Comissão de Ciência e Tecnologia da ALE - AM em parceria com a Comissão de Indústria, Comércio Exterior e Mercosul realizou na manhã de ontem (23) uma audiência pública no Plenário Ruy Araújo

para tratar assuntos referentes ao futuro da Zona Franca de Manaus.

Lideradas respectivamente pelos deputados José Ricardo Wendling (PT) e Arthur Bisneto (PSDB), os principais assuntos foram sua prorrogação, expansão de incentivos e reforma tributária.

De acordo com o deputado José Ricardo, é importante levantar o questionamento sobre a indústria no Amazonas, uma vez que a Resolução 72 será votada hoje, em Brasília. "Em um momento em que se fala de prorrogação da ZFM, per-

der incentivos fiscais significa atrasar nosso processo de desenvolvimento", explica.

Para o presidente do Sindifisco-AM (Sindicato dos Funcionários Fiscais do Amazonas), Joaquim Corado, mais do que falar sobre a prorrogação da Zona Franca, é preciso conscientizar o governo federal e a população sobre a manutenção da ZFM. "Infelizmente não contamos com um programa de políticas internas que beneficiem um plano de metas a serem cumpridas", lamenta.

Além disso, o sindicalista dedica parte de seu discurso à

preocupação com as mudanças nas alíquotas federais. "Somos um fornecedor de arrecadação para o governo federal, que investe mais de metade de seus incentivos no Sudeste do país", alfineta. Para não deixar dúvidas sobre seu posicionamento em relação a R-72, dispara: "O empresário vai para onde lucrar mais e se continuarmos parados, as empresas vão migrar", deduz.

Sob a análise do presidente do Corecon/AM, Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas, Erivaldo Lopes, a maioria das empresas no Polo

Industrial de Manaus está comprometida com o mercado de eletroeletrônicos e a mudança na taxa de impostos reflete diretamente na economia da capital amazonense. "O setor de tecnologia brasileiro ainda não está preparado para produzir todas as peças utilizadas em uma linha de montagem, por exemplo", explica. Deste modo, padronizar a produção nacional para o máximo de 40% em itens importados do exterior significa minimizar o potencial industrial local e convidar grandes empresas e se retirarem do Estado.

Audiência discute entraves do PIM (continuação)



Deputado José Ricardo (PT) foi autor da proposta da audiência pública sobre a ZFM, que contou com a presença do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira

Suframa avalia positivamente a Resolução 72/10

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, avaliou como positivo o Projeto de Resolução 72/10, do Senado, que unifica a alíquota do ICMS nas operações interestaduais relativas a produtos importados. "Ela é positiva para a indústria nacional, pois visa proteger contra a

invasão dos importados sem protecionismo. Ela não fecha o mercado para a importação, só dá mais equilíbrio ao mercado. Com a guerra fiscal, os produtos importados acabavam tendo tributação mais favorável que o nacional", explicou o superintendente.

Questões tributárias e de

incentivo fiscal dominaram as discussões durante a audiência, sugerida pelos deputados estaduais José Ricardo e Artur Bisneto para debater o projeto que pretende prorrogar a ZFM por mais 50 anos; o que pretende expandir os benefícios para os demais municípios da Região Metropolitana; e tam-

bém as medidas que fazem parte da Reforma Tributária. "Sobre a Reforma vale ressaltar que o que está em discussão atinge a tributação sobre o consumo, onde o ICMS é o mecanismo principal. Porém, ainda que o tema afete mais a Sefaz, a Suframa acompanha todas as discussões de

modo a encontrar solução que mantenham a competitividade e a arrecadação", disse Nogueira, ressaltando que compensar as perdas de arrecadação com ICMS com algum Fundo nacional não repõe a massa salarial. "É ela que gera a atividade econômica", explicou.

Preocupação com infraestrutura e desenvolvimento

O deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) foi o primeiro a questionar sobre a importância de os governos estadual e federal investirem em infraestrutura para o Amazonas. “Não adianta falarmos apenas sobre prorrogação e incentivos se não falarmos sobre a carência do estado em mão de obra qualificada, telecomunicação, energia e, principalmente, a construção de um porto”, aponta.

O presidente do Corecon deu continuidade ao discurso. “A instabilidade nas telecomunicações, a péssima qualidade do serviço de energia elétrica e internet banda larga, aeroportos e portos ineficientes na Região Metropolitana de Manaus (RMM) atrapalha as previsões de crescimento do modelo Zona Franca”, lamenta Erivaldo Lopes.

Outro assunto levantado pelo deputado estadual Luis Castro (PPS) foi a necessidade de financiar projetos no interior do Amazonas e em outros Estados do Norte do Brasil. “Se deixarmos de ser um órgão de desenvolvimento, perdemos a força política”, diz.

Segundo o presidente da Comissão do Meio Ambiente, a Suframa deixou de investir em conhecimento tecnológico desde a década passada e isso influencia em alguns dos problemas enfrentados na atualidade pela região. “Nós precisamos focar em alternativas para planejarmos a ampliação do Amazonas”, alerta.

O titular da Suframa, Thomaz Nogueira, admite que existem dificuldades momentâneas, mas garante que já está trabalhando para o melhor desempenho da Zona Franca de Manaus. Empossado em janeiro deste ano, Nogueira afirma que a ZFM estará mais bem estruturada em doze meses.

Senai

Técnicos são capacitados para trabalhar no PIM

Mais 168 novos profissionais serão destinados para as áreas de mecânica e do segmento eletroeletrônico

A diretoria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Amazonas) realizou a solenidade de formatura para 168 novos técnicos, em mecânica, informática, manutenção e suporte em informática, administração industrial, eletroeletrônica e automação industrial.

A cerimônia ocorreu no salão de festa do Clube do Trabalhador, no bairro São José, e contou com a presença do diretor regional da instituição, Aldemurpe Barros, gerentes das Escolas do Senai, e familiares e amigos dos formandos.

Ao logo de dois anos, os alu-

nos receberam o aprendizado industrial nas Escolas Senai Waldemiro Lustoza, localizada na Cachoeirinha, e na Antônio Simões, unidade situada no Distrito Industrial. Com carga horária média de 1,6 mil horas, os alunos passam a adquirir conhecimento específico do dia a dia da indústria, com aulas teóricas e práticas em laboratórios que simulam a produção industrial e o ambiente de chão de fábrica.

Para o diretor do Senai, os formandos estão aptos a seguir a profissão industrial, pois tiveram a sua qualificação em uma instituição que valoriza o bem-estar e o aproveitamento

intelectual do aluno, disponibilizando conteúdo programático atualizado, estrutura adequada para o aprendizado e docentes com competência e experiência na disciplina ministrada.

“O Senai tem como objetivo transferir conhecimento profissionalizante aos trabalhadores da indústria brasileira, contribuindo com sua empregabilidade, bem como a permanência dos mesmos em seus trabalhos”, disse Aldemurpe, destacando que o aprendizado é contínuo e nunca deve acabar, principalmente nos segmentos industriais de frequência mudanças tecnológicas.

Busca de novos conhecimentos

Para o formando, Sidnei Mendanha, de 57 anos, a busca por novos conhecimentos é fundamental para o trabalhador da indústria, que deve acompanhar as transformações de sua empresa rumo a excelência em processos e produção. Mendanha é consultor e instrutor da qualidade de empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) e sempre estará atento as inovações e transformações do segmento de automação industrial.

Ao concluir o curso técnico em automação, Mendanha revelou que pode aprender mais sobre softwares e informática avançada aplicadas no setor produtivo da indústria metalúrgica e eletroeletrônica. “Desde os 15 anos frequento escolas do Senai, esta instituição prepara a pessoas para enfrentar os desafios

e demandas industriais, pois forma desde a base até a especialização desta mão de obra”.

O mecânico de manutenção, Dario Costa, de 27 anos, con-

Ao concluir o curso técnico em automação, o formando Mendanha revelou que pode aprender mais sobre softwares e informática avançada

cluiu seu primeiro curso técnico em mecânica com a meta de aprimorar suas atividades e elevar a sua remuneração salarial. Segundo Dario, o período de

estudo no Senai foi apenas o primeiro passo na melhoria de sua vida financeira. Para Dario, a formação em mecânica trouxe mais responsabilidade quanto à qualidade de suas atividades na empresa que trabalha.

“Esse curso do Senai me fez ter mais estímulo para realizar o sonho de ser engenheiro industrial. A qualificação nos faz ter uma nova visão de trabalho, responsabilidade e de futuro”, disse Dario.

Com mais essa formatura de alunos dos cursos técnicos cumprem o compromisso de transmitir o conhecimento profissionalizante nessas seis ocupações da modalidade técnica na perspectiva de apoiar a indústria amazonense, formando mão de obra qualificada para atendê-la.

sim & não

PINGA FOGO

✘ Frase do presidente do Cieam, Wilson Périgo, que mostra a confiança da indústria do AM na habilidade do senador Eduardo Braga para conduzir a votação da Resolução 072, hoje: "Ele é competente e vai apresentar a melhor solução".

✘ A frase de Périgo foi dita depois que os empresários conversaram com Braga, em meio à desconfiança do setor de que a resolução que trata do ICMS interestadual de produtos importados possa prejudicar a Zona Franca de Manaus.

Prorrogação da ZFM

Foi aprovado dia 10 último na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, por unanimidade, o parecer sobre a admissibilidade, juridicidade e técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 506/2010. É o primeiro passo para que sejam prorrogados por mais 50 anos os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, promessa de campanha da presidenta Dilma ao povo do Amazonas. Conversando com o Dr. Moyses Israel a respeito desse acontecimento, e explorando sua formidável memória, fiquei sabendo que o ilustre embaixador Roberto Campos, em visita a Manaus, em 18 de

junho de 1980, para receber homenagem da Associação Comercial do Amazonas - ACA, manifestava, já aquela época, sua opinião favorável a prorrogação dos incentivos fiscais e das vantagens comparativas do modelo Zona Franca de Manaus. Dizia o embaixador e ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, verdadeiro responsável pela reestruturação da Zona Franca de Manaus, que a ideia dessa área incentivada nasceu de duas provocações. A primeira foi o receio de que a "zona livre das selvas no Peru", em Iquitos, provocasse um esvaziamento do comércio da região. A segunda, "nasceu do exame do sucesso obtido

por algumas cidades-entrepósitos, como Cingapura e Hong Kong, que até hoje dão exemplos de crescimento dinâmico". Estivesse ainda vivo, Roberto Campos veria que hoje essa prorrogação pleiteada torna-se necessária pelos resultados econômicos e sociais obtidos, bem como pela condição de preservação da nossa cobertura vegetal e pelo potencial de novos negócios. Entretanto, a prorrogação, por si só, não é suficiente para manter o desenvolvimento e dinamismo do modelo Zona Franca de Manaus. A todo o momento somos atacados por medidas que visam restringir nossas vantagens comparativas,

vantagens essas que são compensações necessárias para suprir os altos custos de transporte e de logística de abastecimento e distribuição. Os incentivos concedidos à produção é o custo que toda a nação brasileira tem que arcar, para conservar sob seu domínio um território ambicionado por grandes potências, em razão do enorme manancial de riquezas naturais, representadas pela sua biodiversidade e recursos minerais. Não basta a prorrogação, se temos a ameaça de perdermos centenas de empregos no caso da aprovação da PEC 123/2011, a chamada PEC da Música e a redução das vantagens comparativas com a

possível aprovação, nos termos em que se encontra, do Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que unifica em 4% o ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, sem excluir a Zona Franca de Manaus. Necessitamos sim da prorrogação dos incentivos fiscais do Modelo ZFM e da aprovação do Projeto de Lei nº 2.633/2011, que amplia os benefícios para os municípios da Região Metropolitana, mas também necessitamos urgentemente de segurança jurídica, que nos garanta a observância do que estabelece o Decreto-Lei nº 288/1967 e a Constituição do País.

**Gilmar
Freitas**

e-mail:
gilmarfreitas@
hotmail.com



Braga promete ressalvas à ZFM

Relator da Resolução 72 sinaliza a empresários que pode fazer exceção ao modelo

ANTONIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O plenário do Senado deve votar hoje a Resolução 72 que unifica as alíquotas do ICMS, em 4%, aos produtos importados que entrarem no mercado brasileiro a partir de janeiro de 2013. Ontem, os empresários do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) estiveram com o líder do Governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), para que ele modifique o parecer aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na opinião dos industriais, assim como do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco), o projeto de resolução traz risco à competitividade do Polo Industrial de Manaus, em relação aos produtos fabricados que possuem índice de importação acima de 40%.

Até a semana passada, Braga não estava convencido dos argumentos apresentados pelos empresários e trabalhadores do



Braga propôs fixar em 4% a alíquota do ICMS sobre produtos importados

PIM, mas parece que na conversa de ontem o líder, que é o relator da Resolução 72, recuou na decisão. Sinalizou aos representantes da Fieam/Cieam que poderá fazer uma ressalva no relatório, reti-

rando todos os produtos importados que sejam obrigados a passar pelo Processo Produtivo Básico (PPB), que é a quota nacional de industrialização. Se Eduardo Braga conseguir convencer os co-

Medidas

Estão previstas para hoje votações dos projetos de lei de conversação das Medidas Provisórias 549 e 551, de 2011. Elas tratam sobre desoneração de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre diversos produtos, entre outros.

legas senadores, especialmente os dos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Goiás, todos os produtos da Zona Franca de Manaus, da Lei de Informática e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) não estarão sujeitos à alíquota unificada de 4% do ICMS.

Corroborando aos argumentos dos empresários, o Sindifisco entende que a redação do projeto, levará o Amazonas a praticar a alíquota interestadual fixada pelo Senado juntamente com os demais Estados.

AUDIÊNCIA

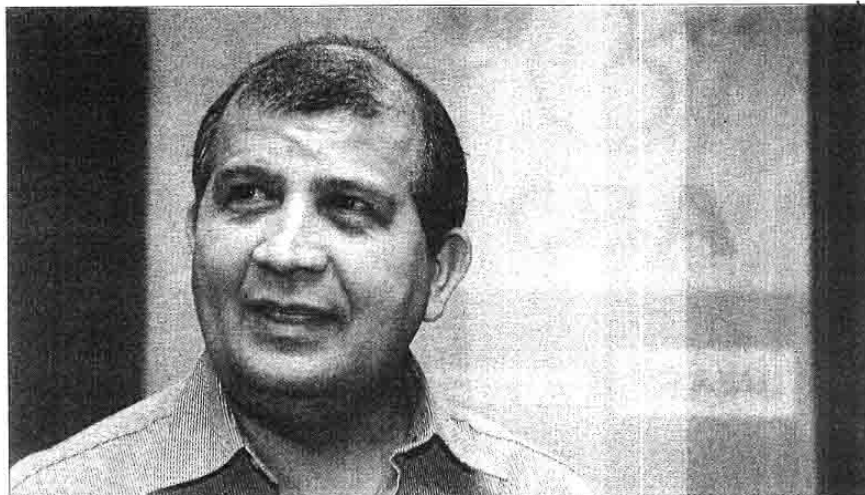
Suframa avalia como positiva Resolução 72

Em audiência realizada na manhã de ontem na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, avaliou como positivo o Projeto de Resolução 72/10, do Senado, que unifica a alíquota do ICMS nas operações interestaduais relativas a produtos importados. "Ela é positiva para a indústria nacional, pois visa proteger contra a Invasão dos importados sem protecionismo. Ela não fecha o mercado para a importação, só dá mais equilíbrio ao mercado. Com a guerra fiscal, os produtos importados acabavam tendo tributação mais favorável que o nacional", explicou.

Questões tributárias e de incentivo fiscal dominaram as discussões durante a audiência, sugerida pelos deputados estaduais José Ricardo e Artur Bisneto, para debater o projeto que pretende prorrogar a ZFM por mais 50 anos; o que pretende expandir os benefícios para os demais municípios da Região Metropolitana; e também as medidas que fazem parte da reforma tributária.

O presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Amazonas (Sindifisco-AM), Joaquim Corado, demonstrou preocupação sobre a alíquota proposta para o ICMS dos importados, de 4%.

Aleam recorre ao governo federal



Thomaz Nogueira disse que a alíquota unificada de ICMS é benéfica para a indústria local

LUANA GOMES
Equipe EM TEMPO

Em meio às discussões a respeito dos obstáculos que permeiam a Zona Franca de Manaus (ZFM), a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) deve enviar, até a próxima semana, um documento à bancada federal com as principais ameaças ao modelo.

A iniciativa é motivada pelo debate em audiência, realizada ontem na casa legislativa, a partir de proposta do presidente do encargo, deputado José Ricardo Wendling, e do presidente da Comissão de Indústria e Comércio, Arthur Bisneto.

O documento trará, por exemplo, o projeto de resolução 72/2010, que tramita no Senado Federal, com o propósito de unificar a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% para importados.

O presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco-

AM), Joaquim Corado, apontou que podem haver efeitos negativos com a aprovação da resolução, como a redução das vantagens comparativas do modelo. De acordo com ele, caso o produto fabricado no Polo Industrial de Manaus (PIM) tenha mais de 40% das

PROTEÇÃO

Posicionamento da Suframa é de que a alíquota unificada de ICMS vai servir de "auxílio" para o polo industrial na luta contra os produtos importados, principalmente, os chineses

partes de peças importadas, a alíquota de ICMS será de apenas 4% com essa medida e não haverá mais atrativo na região.

Apesar dos posicionamentos contrários das entidades locais quanto às possíveis retomadas do projeto, o su-

perintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, ponderou que a medida serve de auxílio para o polo na luta contra os importados.

Na audiência, o titular da superintendência detalhou que a avaliação da autarquia é de que a medida é positiva, tendo em vista a busca em proteger a indústria nacional da invasão de produtos finais e acabados no país. "A medida não fecha o mercado para a importação, só dá mais equilíbrio ao mercado. Com a guerra fiscal, os produtos importados acabavam tendo tributação mais favorável que o nacional", analisou.

O assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar Freitas, avaliou que a infraestrutura em relação ao transporte de insumos e bens acabados deve retornar às pautas, especialmente quando a China, que fica em outro extremo do globo terrestre, consegue colocar produtos no mercado nacional com custo e preços menores.

ICMS

Votação de projeto do ICMS é adiada no Senado

Prevista para ocorrer na tarde de hoje no Senado, a votação do projeto que acaba com a guerra fiscal dos portos foi adiada. A decisão veio após a conversa do senador Eduardo Braga, líder do governo, com sua assessoria técnica. Com a mudança, a sessão de hoje será reservada para a votação de duas medidas provisórias que trancam a pauta, uma das quais perde a eficácia na quinta-feira se não for votada.

A assessoria de Braga alertou-o para a necessidade de apreciação logo do projeto de lei de conversão 7/2012 (oriundo da MP 549/2011) que, entre outros assuntos, zera a alíquota do PIS/Pasep e de Cofins da importação. Por isso, o líder preferiu votar antes as MPs e, no dia seguinte, o projeto de resolução 72, fatalmente alvo de intensos debates em plenário.

A estratégia de votação da chamada guerra dos portos será discutida, na manhã de hoje, em uma reunião no gabinete de Braga que terá a presença da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e de líderes da base aliada.

Os governistas já esperam três focos de resistência. O primeiro é o dos

nove senadores dos Estados mais prejudicados com a mudança: Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. O segundo é capitaneado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), que rerepresentará uma emenda para prever uma regra de transição à proposta. E o último, puxado pelo senador petista Lindbergh Farias (RJ), que quer discutir a matéria junto

DISCUSSÃO

Na manhã de hoje, a estratégia de votação da chamada guerra dos portos será discutida, no gabinete do senador Eduardo Braga. Ministra Salvatti estará presente

com a troca do indexador das dívidas dos Estados com a União.

A base aliada, contudo, dispõe de votos suficientes para derrubar qualquer tentativa de adiamento da votação ou de insistência na aprovação de uma regra de transição de cinco anos para a entrada em vigor da nova regra, o que propõe a emenda de Aécio.

RECORDE

Exportações ultrapassam US\$ 5 bi em uma semana



Houve um aumento de 2,8% no embarque de produtos

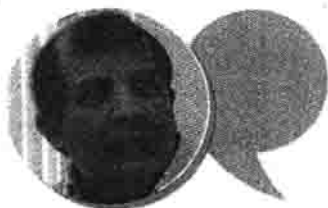
As exportações brasileiras somaram US\$ 5,084 bilhões, na semana passada, o que dá uma média diária de US\$ 1,017 bilhão, no período. Este número representa um aumento de 11,3% em relação à semana imediatamente anterior. As importações atingiram US\$ 4,981 bilhões, com aumento de 5,4% pelo mesmo critério. A diferença entre compras e vendas externas teve superávit de US\$ 103 milhões entre os dias 16 e 22 de abril.

Os números divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mostram que o melhor desempenho das exportações, na semana passada, decorreu principalmente do aumento de 2,8% nos embarques de produtos básicos e de 7,6% dos pro-

duto semimanufaturados. Houve queda nas vendas de manufaturados (-6,3%).

Mesmo com o resultado positivo obtido na semana passada, o desempenho da balança comercial em abril segue negativo em US\$ 177 milhões, em decorrência do fraco desempenho dos embarques externos nas duas primeiras semanas do mês. No acumulado de abril, as exportações alcançaram US\$ 13,310 bilhões e as importações US\$ 13,487 bilhões. As importações foram 12,2% superiores ao registrado em março de 2012. Os maiores gastos, no mesmo período, decorreram da importação de combustíveis e lubrificantes; cobre e suas obras; veículos, automóveis e partes, além de aparelhos eletrônicos e farmacêuticos.

Claro & Escuro



Thomaz Nogueira. **Sup. da Suframa**

Ela é positiva para a indústria nacional, pois visa proteger contra a invasão dos importados”

Ao defender a Resolução 072 do Senado, que unifica o ICMS em 4% em todo o Brasil.

CAPA

ECONOMIA

Sefaz limita ICMS e indústria de TVs tem até sexta-feira para adesão à nova lei

A indústria de televisores do Polo Industrial de Manaus tem até o dia 27 para aderir à nova legislação de cobrança do ICMS. Na prática, o Estado tenta frear as perdas de arrecadação no segmento, limitando o incentivo fiscal.

PÁG 9

Thomaz diz que projeto da guerra dos portos terá ajuste

Mesmo com o risco de perder a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), caso seja aprovada a resolução 72/2010, o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, aprovou o texto atual da proposta. Segundo ele, a preocupação da indústria deveria ser quanto ao inciso 2 que define quais bens e mercadorias se aplicam a lei. “Este inciso ainda sofrerá ajustes no Senado”, disse. O senador Alfredo Nascimento (PR) prometeu tratar do tema com os colegas de bancada, “para encontrar uma solução mais adequada aos interesses do Estado”. O projeto prevê a unificação em 4% do ICMS para produtos que ultrapassem 40% o índice de importação.

Fabricantes de TVs têm até sexta para aderir à nova lei

▼ Cobrança do ICMS é alterada para evitar que Estado perca R\$ 83 milhões

MANAUS

As fabricantes de televisores do Polo Industrial de Manaus (PIM) têm até sexta-feira para aderir à Lei 3.735/12, que altera a cobrança do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS). O decreto regulamentando a lei foi publicado no dia 20 no Diário Oficial do Estado e limita o benefício fiscal para evitar que o governo deixe de receber R\$ 83 milhões anuais com o incentivo.

As fabricantes de televisores do Polo Industrial de Manaus (PIM) têm até sexta-feira para aderir à Lei 3.735/12, que altera a cobrança do Imposto sobre Mercadorias e Serviços

(ICMS). O decreto regulamentando a lei foi publicado no dia 20 no Diário Oficial do Estado e limita o benefício fiscal para evitar que o governo deixe de receber R\$ 83 milhões anuais com o incentivo.

Com o crescimento da produção, o Tesouro do Estado concedia elevada renúncia fiscal com os produtos que tinham os dispositivo da tela

OS NÚMEROS

R\$ 120 mi

▼ **é a estimativa de receita do ICMS com a nova lei que limitou o crédito fiscal para as indústrias de dispositivo de LCD e as empresas de bens finais.**

produzido em Manaus. No projeto de lei encaminhado pelo governo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado suspendeu a totalidade da restituição do ICMS, que passou a 50% para as primeiras 600 mil unidades anuais e um limite de até 45% da produção para a produção acima de 600 mil dispositivos de LCD.

De acordo com o secretário Executivo de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Juarez Tridapalli, a lei limita o volume da produção para as empresas terem direito ao crédito do ICMS. A medida, segundo ele, foi negociada aos fabricantes representados pela Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Ele-

troeletrônicos (Eletros).

Ao enviar o projeto em fevereiro para a Assembleia, juntamente com outro que modificou o Código Tributário, o diretor de Arrecadação da Sefaz destacou que a adoção das mudanças do ICMS para os dispositivos de cristal líquido seriam revertidas no aumento de arrecadação de R\$ 120 milhões por ano.

As empresas de bens finais e de componentes de cristal líquido e de televisores com projetos de benefícios fiscais aprovados no Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) devem fazer a opção até sexta-feira, na Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan).